

Assunto: MPPE nega pedido de Pedro Corrêa

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 21/03/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

política

MPPE nega pedido de Pedro Corrêa

PRISÃO Ministério Público indefere pleito de ex-deputado para trabalhar e alega que pernambucano não cumpriu um sexto da pena

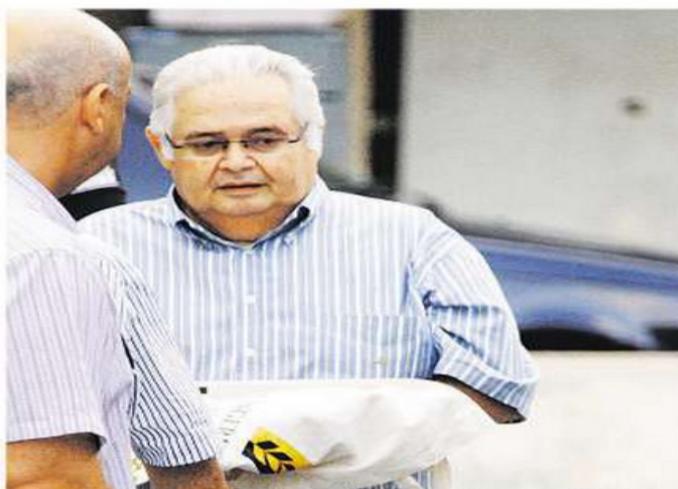


Jumariana Oliveira
joliveira@jc.com.br

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através do promotor Marco Aurélio Farias da Silva, indeferiu a solicitação de trabalho externo feita pelo ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), que cumpre pena de sete anos e dois meses no Centro de Ressocialização do Agreste, em Canhotinho, por envolvimento no processo do mensalão. A recomendação já foi enviada à 1ª Vara de Execuções Penais, que é responsável pelo caso de Corrêa. No pedido, a defesa solicita a saída do reeducando para trabalhar em uma unidade de saúde de Garanhuns e para que ele faça um curso de pós-graduação no mesmo município.

Na recomendação, o promotor alega que faltaram dados que embasem a solicitação, como informações do diretor da unidade prisional de Canhotinho. Além disso, Marco Aurélio Farias destaca que Corrêa ainda não cumpriu um sexto da pena, conforme prevê o artigo 37 da Lei de Execuções Penais. O artigo foi usado como argumento no pedido de trabalho.

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Rocha, deverá dar o parecer sobre a solicitação na próxima semana. Apesar de



AGRESTE Córrea cumpre pena em presídio de Canhotinho

ser prioritário, já que Corrêa é idoso, o processo do ex-deputado segue os trâmites dentro do prazo previsto, conforme destacou o magistrado. Segundo ele, a vara analisa os casos por ordem cronológica. Esta semana, o advogado de Corrêa, Plínio Nunes, disse que iria denunciar a demora na análise do processo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O caso, porém, contou com alguns imprevistos. Quando determinou a transferência de Corrêa para Canhotinho, o juiz Luiz Rocha comunicou que estaria passando o processo para a 3ª Vara de Execuções Penais, que é responsável pelos reeducandos do Centro de Ressocialização do Agreste. Na

ocasião, o ministro Joaquim Barbosa estava de férias e somente no início de fevereiro determinou que o caso permanecesse na 1ª Vara.

A 1ª Vara de Execuções Penais, que tem 18 servidores, é responsável por gerir casos de unidades prisionais que contam com pelo menos 15 mil detentos. Em virtude da demanda, o processo de Corrêa aguardou a análise dos demais casos prioritários. "Tenho casos de ameaça dentro da unidade, problema de saúde, presos com tuberculose, portador de câncer. São problemas variados", disse o juiz Luiz Rocha. Ontem, a vara conseguiu zerar o número de processos que estavam aguardando despacho no gabinete.

Bobby Fabisak/JC Imagem

Assunto: Em Caruaru, vereadora é reempossada	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/03/2014
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política

Em Caruaru, vereadora é reempossada

A vereadora Rosimery da Apodec (DEM) tomou posse novamente na Câmara de Caruaru ontem. A democrata foi reempossada por meio de uma decisão interlocutória assinada pelo desembargador Francisco Bandeira de Mello, do TJPE. Ela ocupa a vaga do vereador Evandro Silva (PMDB), afastado das funções por suspeita de corrupção e extorsão, dentro da Operação Ponto Final. Rosimery assumiu a vaga em dezembro e foi retirada em fevereiro, após o suplente de vereador Antonio Carlos (DEM) ter conseguido uma liminar a seu favor, deferida pelo juiz José Fernando dos Santos, da Vara da Fazenda de Caruaru. Carlos alegou, na época, que Rosimery estaria desfilhada no momento do afastamento de Evandro.

Assunto: MP denuncia Estado por espera no SUS

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 21/03/2014

Editoria: CIDADES

Seção:

cidades

MP denuncia Estado por espera no SUS

SAÚDE Promotoria quer zerar fila de 3.992 pacientes aguardando cirurgia e exige fim de gastos supérfluos para viabilizar operações

Depois de contabilizar em dois anos 3.992 pessoas aguardando cirurgia nos três maiores hospitais estaduais de Pernambuco e tentar, sem sucesso, com a Secretaria Estadual de Saúde, medidas que abreviassem a espera, a Promotoria de Defesa da Saúde do Ministério Público Estadual moveu, na última quarta-feira, ação civil pública contra o Estado. Na petição, acompanhada por 38 laudos e 2 mil documentos, os promotores Helena Capela e Clóvis Sodré da Motta pedem que em 180 dias todas as cirurgias eletivas atrasadas sejam realizadas, inclusive as de pacientes de outras unidades do SUS. Também solicitam que o governo remaneje recursos de outras áreas para socorrer a saúde, evitando gastos com festas, doações, bufês, propaganda e tudo que não é considerado prioridade.

“Desde 2012 o Ministério Público tentou resolver a questão extrajudicialmente. Propomos termo de ajustamento de conduta, mas há ordem expressa do comando do Executivo para não aceitar esse encaminhamento. Com o passar do tempo, a fila de doentes só aumentou e as medidas anunciadas pela Secretaria Estadual de

Saiba mais

2 mil

doentes esperam cirurgia em três hospitais para correção de traumas causados em acidentes, principalmente de trânsito

Saúde, como mutirões e contratação de leitos extras, não aconteceram na medida esperada”, argumentou a promotora Helena Capela. Ela explica que não está questionando a pertinência dos gastos do governo, mas dando evidência de que a assistência à saúde é direito fundamental. A lista fornecida pelos Hospitais da Restauração, Otávio de Freitas e Getúlio Vargas relacionam a espera em traumatologia, urologia e cirurgia geral.

Na ação com pedido de liminar, os promotores lembram que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 já indica de onde diminuir gastos, tais como transferências voluntárias a municípios, treinamento, passagens aéreas e consultoria. O documento do MP cita, com base no Portal da Transparência, que em 2013 houve despe-

sas significativas com monitoramento de mídia (cerca de R\$ 1,7 milhão), R\$ 52,8 mil com fornecimento de bolo de rolo e R\$ 388,2 mil com o bufê de camarote na Torre Malakoff no Carnaval de 2013. E lembra os R\$ 241 milhões que o governo anunciou segunda-feira para as prefeituras.

A ação civil aguarda julgamento na 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Se o juiz acatar o pedido, a Secretaria Estadual de Saúde terá que fornecer em 30 dias a lista completa de todos que aguardam cirurgia na rede SUS, passar a usar em 60 dias o Sistema Nacional de Regulação para ter um lista única de doentes esperando cirurgia e garantir que a fila ande conforme a ordem de chegada e a prioridade do caso. Fixa também em 90 dias o tempo de espera para quem precisar de cirurgia programada a partir de agora e que a multa diária pelo descumprimento de cada medida seja de R\$ 50 mil.

Em nota, a SES reconhece a grande demanda por cirurgias, associando o problema ao envelhecimento e aos acidentes de trânsito. Alega esforços para enfrentar o desafio e informa que está construindo novos hospitais no Agreste para aliviar a pressão.



INICIATIVA Na ação, Helena Capela elenca gastos com monitoramento de mídia e bolo de rolo

Assunto: Torcidas organizadas	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/03/2014
Editoria: CIDADES	Seção:

cidades

jc nas ruas

Jorge Cavalcanti

cavalcanti.jorge@gmail.com

twitter: @jc_jcnasruas

telefone: (81) 3413.6103



A vez dos dirigentes

A Justiça concede uma liminar e proíbe a entrada no estádio de torcedores vestindo camisa das organizadas do Santa Cruz e do Sport. No dia seguinte, a Polícia Militar escolta - e vigia - esses mesmos torcedores até a chegada ao Arruda, na quarta-feira à noite, dia do clássico. Ao final, 212 pessoas foram encaminhadas à delegacia, das quais 121 assinaram um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) e outras duas foram autuadas, além dos 32 ônibus depredados.

Moral da história: ainda estamos tateando no escuro à procura da retomada da sensação de segurança nas ruas em dia de clássicos, sobretudo na área central do Recife, sem a colaboração dos dirigentes dos clubes.

A Justiça foi rígida. E, como não pode barrar a entrada do torcedor, vetou o uso da camisa, tentando trincar o sentimento de grupo, o símbolo. A PM marcou cerrado e, em vez de também entrar na pancadaria, fez a condução dos suspeitos. E, por último, a Polícia Civil fez os registros.

De resto, a sociedade ainda espera que os dirigentes dos clubes abandonem a posição de incentivo às organizadas e subam no bonde da história. Na semana passada, o presidente do Náutico, Glauber Vasconcelos, preferiu não bancar os custos da ida da organizada alvirrubra a Sergipe. Mas o gesto ainda é isolado. Acanhado diante da desproporcional sensação de insegurança que as organizadas conseguiram espalhar em dia de clássicos.

Assunto: 217 apreendidos, nenhum julgado	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/03/2014
Editoria: CAPA	Seção:

jornal do commercio

217 apreendidos, nenhum julgado

Até agora, juizado não analisou casos de baderneiros detidos no clássico de quarta.  **esportes 1**

Assunto: Impunidade incômoda

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 21/03/2014

Editoria: ESPORTES

Seção:

esportes

Impunidade incômoda



Um triste funil



* Os procedimentos foram: Boletim de Ocorrência (BO), 1; Termo Circunstaciado de Ocorrência (TCO), 4; Boletim de Ocorrência Circunstaciado (BCO), 54; e Inquérito Policial, 63.

GARGALO Dados mostram a desproporção entre apreensões, autuações e julgamentos de “torcedores”

Leonardo Vasconcelos
esportes@jc.com.br

Uma conta que não fecha cujo resultado é apenas um: a sensação de impunidade. Números e mais números somados aos esforços das Polícias Civil e Militar e da Justiça mas que não diminuem o sentimento de insegurança de quem quer simplesmente ir a um estádio torcer pelo seu time. Nessa matemática do medo, o que se multiplicam são as dúvidas: Onde está o erro? Quem pode resolvê-lo? Como fazer?

A PM divulgou um balanço infor-

mando que antes, durante e após o clássico entre Santa Cruz e Sport pela Copa do Nordeste, anteontem no Arruda, 217 pessoas foram apreendidas e encaminhadas à Polícia Civil. Esta, por sua vez, afirmou que foram feitos procedimentos com 122 deles. Já no Juizado Especial Cível e Criminal do Torcedor (Jatep), onde os torcedores devem se apresentar, nenhum deles foi julgado até ontem.

Na noite de terça, o juiz Edvaldo Palmeira, da 5ª vara da Fazenda Pública, havia determinado a proibição da entrada de torcedores com qualquer material alusivo às organizadas nos estádios. Mesmo assim a PM au-

mentou o efetivo em relação ao clássico da semana passada, passando de 719 para 773. Apesar de horas antes da partida ter informado que não faria a escolta, ela acompanhou os torcedores do Sport que se reuniram na Ilha do Retiro até o Arruda. “Diante da aglomeração que se formou, a polícia fez o seu papel de manter a ordem e decidiu fazer a escolta para evitar atritos entre as torcidas e também com a população”, disse o capitão Júlio Aragão, da assessoria da PM.

No entanto, na chegada dos rubro-negros houve confusão com os tricoleiros que arremessaram pedras das arquibancadas. O Batalhão de Cho-

que respondeu com tiros de borracha e spray de pimenta. Antes disso, um grupo de 120 torcedores do Santa já havia sido apreendido por depredação a um ônibus no Terminal de Afogados. No total, 32 coletivos foram danificados segundo o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Pernambuco (Urbana-PE).

Os 217 torcedores apreendidos foram encaminhados às delegacias de plantão, mas nem todos foram autuados. “E feita uma triagem e com todos checamos se existe algum mandado de prisão. Se ele não for enquadrado por nenhuma infração é liberado em seguida”, explicou o Diretor Inte-

grado Metropolitano da Polícia Civil, Luis Andrey. No total, foram feitos 122 procedimentos (ver acima).

Desse montante, 4 Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCO) deveriam ter sido remetidos ao Jatep. No entanto, apenas um chegou até o final do expediente de ontem mas como nele não estava fixada a data de apresentação dos torcedores, nenhum apareceu. “Ainda se apresentaram aqui outros torcedores de um TCO que não chegou. Então só pudemos emitir uma certidão de comparecimento, por isso ninguém foi julgado. O desafio é grande”, disse o juiz titular do juizado, Ailton Alfredo.

Assunto: Despedidas ao governador Eduardo Campos – presença do presidente Frederico Neves	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/03/2014
Editoria: VIVER	Seção: DIA A DIA

caderno C

dia a dia

Despedidas

O governador Eduardo Campos vai ganhar uma despedida em conjunto com os outros poderes de PE. O presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Uchoa, mais Frederico Neves (TJPE) e Valdecir Pascoal (TCE) organizam jantar, dia 31, no Spettus BV, em homenagem ao gov. Imagina a quantidade de flash...

Assunto: Torcidas organizadas	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 21/03/2014
Editoria: ESPORTES	Seção:

Esportes

➤ SEGURANÇA

Segundo a PM, não foi escolta e sim um acompanhamento

GABRIEL ACCETTI

No primeiro clássico realizado após a Justiça vetar o acesso das torcidas organizadas aos estádios do Recife, o coronel Paulo Cabral, do Comando do Policiamento da Capital, avaliou como positivo o trabalho da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE). De acordo com Cabral, 217 torcedores que estavam causando desordem foram conduzidos para delegacias - no entanto, todos foram liberados. Outro fato que chamou atenção foi o fato de a PM ter monitorado de perto todo o deslocamento de um grande grupo de torcedores do Sport da Ilha do Retiro até o Arruda, já que costumeiramente esse tipo de "escolta" até o local da partida só é feito com integrantes de torcidas organizadas - que estavam proibidas.

"Observamos a ação de

alguns torcedores sem uniformes e resolvemos fazer um acompanhamento. Não houve escolta, que é uma coisa programada. Quando acontece a escolta, realizamos reuniões prévias com torcedores, mas desta vez não teve nada disso. Sempre que a Polícia Militar observa, via câmeras espalhadas pela cidade, um grupo de torcedores que possam estar gerando constrangimentos, iremos realizar a abordagem para disciplinar o deslocamento deles até o estádio. Disso, a PM não vai se abster", afirmou Cabral.

Na opinião do coronel, a liminar expedida pelo juiz Edvaldo Palmeira, da 5ª Vara da Fazenda Pública, que proíbe o acesso das organizadas, contribuirá bastante para melhorar a segurança em dia de jogos. "Acredito que isso vai ajudar a diminuir a

violência. Mexe no bolso das torcidas, já que prevê multa (R\$ 5 mil) em caso de descumprimento. A decisão também obriga as organizadas a cadastrarem seus torcedores. Quando se tira a indumentária, esses grupos perdem a força. Mas é necessário que existam medidas ainda mais fortes. Talvez a Federação Pernambucana de Futebol (FPF) deva dar sua contribuição, assim como os clubes precisam se posicionar", complementou Paulo Cabral.

O esquema de segurança para o clássico de domingo, entre Náutico e Santa Cruz, na Arena Pernambuco, pelo Estadual, deverá ser divulgado hoje. Mas na próxima terça-feira, de acordo com o coronel Paulo Cabral, a PMPE deverá se reunir para traçar novas estratégias para os jogos decisivos do Cam-

Saiba mais

DEPREDAÇÃO - O Grande Recife Consórcio de Transportes divulgou o balanço de ônibus danificados em decorrência do Clássico das Multidões. Ao todo, 70 avarias foram detectadas em 32 veículos - alguns tiveram mais de um dano. As principais ocorrências foram em relação a destruição de alçapões de teto, vidros de janelas, para-brisas e vidros das portas dianteira e traseira.

peonato Pernambucano e da Copa do Nordeste. "Estamos sempre orientando nosso efetivo", assinalou Cabral.

Assunto: Deputado Pedro Corrêa	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 21/03/2014
Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS	Seção:

Últimas notícias

■ **DEFESA** - Primo do ex-deputado Pedro Corrêa, o ex-vereador Clóvis Corrêa nega que ele esteja sendo perseguido pelo juiz da 1ª Vara das Execuções Penais, Luiz Rocha, como diz o advogado Plínio Nunes. "O comportamento do juiz, neste caso, tem sido exemplar", diz Corrêa.

Assunto: Cerca de 80 pessoas deixam terreno após mandado de reintegração	
Veículo: G1 Pe Caruaru e Região	Data: 21/03/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO
CARUARU E REGIÃO



Cerca de 80 pessoas deixam terreno após mandado de reintegração

Proprietário da área reclamou à Justiça a posse do terreno. Barracas de madeira e plástico foram removidas do lugar.



Eles estavam ocupando o terreno desde o dia 2 de março (Foto: Amanda Dantas/ TV Asa Branca)

Um mandado de reintegração de posse está sendo cumprido na manhã desta quinta-feira (20) em [Caruaru](#), no Agreste pernambucano. A ação ocorre em um terreno do Sítio Cipó, 120 policiais militares foram até o local. De acordo com o major Amintas Eduardo, da Polícia Militar, o proprietário da área reclamou à Justiça a posse do terreno. "Esperávamos encontrar cerca de 200 pessoas aqui, mas apenas 80 estavam. São barracas compostas por madeira e plástico", diz.

Ainda segundo o major, a ação é realizada de forma pacífica. "A maioria das pessoas tem moradia em outro lugar. Eles delimitaram lotes com fitas e alegaram que o terreno não era ocupado", afirma. **A decisão foi do juiz Ednaldo Aureliano, da 4ª Vara Cível de Caruaru.** "O juiz determinou que fosse feita a retirada de qualquer bem ou pessoa. Eles estavam ocupando o terreno desde o dia 2 de março. Foi constatado no processo que o terreno está registrado em um cartório imobiliário da cidade. Algumas pessoas se passaram por proprietários e venderam os lotes", explica o oficial de justiça Thiago Germano. Ainda segundo o oficial, algumas pessoas disseram que não têm moradia.

Por meio de nota a assessoria da Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais do município explicou que "com relação as pessoas que foram desapropriadas, a Secretaria da Criança, do Adolescente e de Políticas Sociais de Caruaru informa que os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) são responsáveis pela avaliação do perfil dos possíveis beneficiados com o auxílio aluguel. Assim, é necessário que as pessoas se dirijam a um dos dez Cras da cidade e solicitem a avaliação de suas condições sociais por uma equipe técnica. A secretaria lembra que o auxílio aluguel atende a um perfil específico de pessoas e famílias, dando prioridade a vítimas de calamidades naturais e aos encaminhamentos da Defesa Civil".

Assunto: Greve dos professores de Caruaru	
Veículo: G1 Pe Caruaru e Região	Data: 21/03/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO
CARUARU E REGIÃO



Prefeitura anuncia suspensão de negociações com professores

Outra medida será a realização de uma seleção para contratar substitutos. MPPE promoverá reunião entre as partes para tentar chegar a um acordo.

Por meio de um comunicado oficial enviado à imprensa nesta quarta-feira (19), a Prefeitura de Caruaru, no Agreste de Pernambuco, informou que tomou algumas decisões quanto a greve dos professores da rede municipal, [iniciada no dia 24 de fevereiro](#). Entre as medidas adotadas está a “suspensão da reunião da mesa de negociações proposta pela prefeitura para esta quinta-feira”. Segundo a nota, “o diálogo só será retomado com o retorno dos professores ao trabalho”.

O comunicado informa ainda que a prefeitura decidiu “iniciar o procedimento de seleção simplificada para contratar professores substitutos a fim de restabelecer a normalidade das aulas e evitar prejuízos para os alunos da rede municipal”. Outra medida anunciada pelo executivo foi “a instauração de um processo judicial contra o Sindicato para que este pague os custos da seleção e as demais despesas com o suprimento de recursos humanos para a Secretaria de Educação, tendo em vista a ilegalidade do movimento grevista”.

Sobre essa contratação de novos professores, o controlador geral do município, Tony Galvão, informou que a Secretaria Municipal de Administração já está elaborando um edital para convocação de profissionais temporários num processo de seleção simplificada a fim de substituir os grevistas. “O edital deve ser lançado o mais rápido possível. Provavelmente já na próxima semana esses novos profissionais já devem estar nas salas de aula. Lembramos que só estamos fazendo isso porque a Justiça declarou que a greve é ilegal e abusiva, e está cobrando do município a normalidade das aulas”, afirmou.

Sobre as decisões tomadas pela prefeitura, o G1 entrou em contato com o presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de [Caruaru](#) (Sismuc), Eduardo Mendonça, para saber dele como a categoria recebeu o anúncio das medidas. Segundo Mendonça, a reação da prefeitura não causou surpresa. “Já estávamos esperando algo assim do executivo. A única surpresa foi essa seleção simplificada para contratar professores substitutos, mas isso já deveria ter sido feito há muito tempo para suprir a demanda do município. Apesar dessas decisões, a categoria continua em greve. Ainda não recebemos nenhuma notificação da Justiça”, disse.

Diante do impasse quanto as negociações, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), em Caruaru, mediará na próxima quarta-feira (26) uma reunião entre a prefeitura e a categoria para tentar chegar a um acordo. Segundo a promotora Sílvia Amélia, os ofícios já foram enviados às partes. A reunião será realizada no auditório do MP.

Entenda o caso



Algumas unidades de ensino funcionam parcialmente. (Foto: Reprodução/TV Asa Branca)

Mesmo após o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) [ter expedido liminar na segunda-feira](#) (17) declarando ilegal a greve dos professores municipais, [os profissionais continuam de braços cruzados](#).

A paralisação ocorre desde o dia 24 de fevereiro e havia a pretensão de durar 30 dias, sendo possível prorrogá-la por mais 30. De acordo com a decisão do TJPE, os representantes pagarão R\$ 1.000 de multa por dia, caso prossigam longe das atividades. Segundo o

presidente do Sismuc, a categoria ainda não foi notificada da decisão do desembargador.

Depois de 23 dias, a categoria ainda pede um reajuste de 8,32% e melhores condições na estrutura das escolas. Por conta da paralisação, algumas unidades de ensino funcionam parcialmente.

Segundo a pedagoga Maely Leite, os estudantes podem ter o aprendizado prejudicado por causa do tempo em que ficam parados. "O aluno se desmotiva para as pesquisas e para o conhecimento formal, uma vez que ele não está inserido no contexto escolar", diz.

Assunto: Transportadora é condenada a pagar mais de R\$ 84 mil à vítima de acidente	
Veículo: G1 Pe Caruaru e Região	Data: 21/03/2014
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO
CARUARU E REGIÃO



Transportadora é condenada a pagar mais de R\$ 84 mil à vítima de acidente

Funcionário que dirigia caminhão da empresa atropelou um homem. Indenização será por danos estéticos, morais e para recuperação da vítima.

Uma transportadora foi condenada a indenizar em R\$ 84.726,09 um homem que teria sido atropelado por um funcionário da mesma que dirigia um caminhão enquanto trabalhava. Devido ao acidente, a vítima sofreu várias fraturas e teve a perna direita encurtada.

De acordo com a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a decisão foi do juiz Hugo Vinícius Castro Jiménez, da 2ª Vara da Comarca de Belo Jardim, no Agreste pernambucano. "Do valor total, R\$ 30 mil será a título de danos estéticos e R\$ 20 mil por danos morais. Ainda estão incluídas nessa quantia, as despesas para recuperação do autor, que somaram R\$ 4.726,09, e R\$ 30 mil por lucros cessantes sofridos".

A assessoria informou ainda que a empresa deverá arcar com as custas processuais e despesas com advogados. O acidente aconteceu em outubro de 2008, o motorista do caminhão fugiu sem prestar socorro à vítima. Segundo a assessoria, a transportadora poderá recorrer.

Assunto: Torcidas organizadas	
Veículo: folhape.com.br	Data: 21/03/2014
Editoria:	Seção:



PMPE adota acompanhamento e nega ter feito escolta

Trabalho aconteceu de forma não planejada

No primeiro clássico realizado após a Justiça vetar o acesso das torcidas organizadas em estádios do Recife, o coronel Paulo Cabral, do Comando do Policiamento da Capital, avaliou como positivo o trabalho da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE). De acordo com Cabral, 217 torcedores que estavam causando desordem foram conduzidos para delegacias – no entanto, todos foram liberados.

Outro fato que chamou atenção foi o fato de a Polícia Militar ter monitorado de perto todo o deslocamento de um grande grupo de torcedores do Sport da Ilha do Retiro até o local da partida, já que costumeiramente esse tipo de “escolta” só é feito com integrantes de torcidas organizadas – que estavam proibidas.

“Observamos a ação de alguns torcedores sem uniformes e resolvemos fazer um acompanhamento. Não houve escolta, que é uma coisa programada. Quando acontece a escolta, realizamos reuniões prévias com torcedores, mas desta vez não teve nada disso. Sempre que a Polícia Militar observar, via câmeras espalhadas pela cidade, um grupo de torcedores que por ventura estiver gerando constrangimentos, iremos realizar a abordagem para disciplinar o deslocamento deles até o estádio. Disso, a PM não vai se abster”, afirmou Cabral.

Na opinião do coronel, a liminar expedida pelo juiz Edvaldo Palmeira, da 5ª Vara da Fazenda Pública, que proíbe o acesso das organizadas, contribuirá bastante para melhorar a segurança em dia de jogos. “Acredito que isso vai ajudar a diminuir a violência. Mexe no bolso das torcidas, já que prevê multa (R\$ 5 mil) em caso de descumprimento. A decisão também obriga as organizadas a cadastrarem seus torcedores. Quando se tira a indumentária, esses grupos perdem a força. Mas é necessário que existam medidas ainda mais fortes. Talvez a Federação Pernambucana de Futebol (FPF) deva dar sua contribuição, assim como os clubes precisam se posicionar”, complementou Paulo Cabral.

O esquema de segurança para o clássico de domingo, entre Náutico x Santa Cruz, na Arena Pernambuco, deverá ser divulgado hoje. Mas na próxima terça-feira, de acordo com o coronel Paulo Cabral, a PMPE deverá se reunir para traçar novas estratégias para os jogos decisivos do Campeonato Pernambucano e da Copa do Nordeste. “Estamos sempre orientando nosso efetivo”, assinalou Cabral.

Assunto: Deputado Pedro Corrêa	
Veículo: jconline.com.br	Data: 21/03/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

MPPE nega pedido de Pedro Corrêa

Ministério Público indefere pleito de ex-deputado para trabalhar e alega que pernambucano não cumpriu um sexto da pena

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através do promotor Marco Aurélio Farias da Silva, indeferiu a solicitação de trabalho externo feita pelo ex-deputado federal Pedro Corrêa (PP), que cumpre pena de sete anos e dois meses no Centro de Ressocialização do Agreste, em Canhotinho, por envolvimento no processo do mensalão. A recomendação já foi enviada à 1ª Vara de Execuções Penais, que é responsável pelo caso de Corrêa. No pedido, a defesa solicita a saída do reeducando para trabalhar em uma unidade de saúde de Garanhuns e para que ele faça um curso de pós-graduação no mesmo município.

Na recomendação, o promotor alega que faltaram dados que embasem a solicitação, como informações do diretor da unidade prisional de Canhotinho. Além disso, Marco Aurélio Farias destaca que Corrêa ainda não cumpriu um sexto da pena, conforme prevê o artigo 37 da Lei de Execuções Penais. O artigo foi usado como argumento no pedido de trabalho.

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Rocha, deverá dar o parecer sobre a solicitação na próxima semana. Apesar de ser prioritário, já que Corrêa é idoso, o processo do ex-deputado segue os trâmites dentro do prazo previsto, conforme destacou o magistrado. Segundo ele, a vara analisa os casos por ordem cronológica. Esta semana, o advogado de Corrêa, Plínio Nunes, disse que iria denunciar a demora na análise do processo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O caso, porém, contou com alguns imprevistos. Quando determinou a transferência de Corrêa para Canhotinho, o juiz Luiz Rocha comunicou que estaria repassando o processo para a 3ª Vara de Execuções Penais, que é responsável pelos reeducandos do Centro de Ressocialização do Agreste. Na ocasião, o ministro Joaquim Barbosa estava de férias e somente no início de fevereiro determinou que o caso permanecesse na 1ª Vara.

A 1ª Vara de Execuções Penais, que tem 18 servidores, é responsável por gerir casos de unidades prisionais que contam com pelo menos 15 mil detentos. Em virtude da demanda, o processo de Corrêa aguardou a análise dos demais casos prioritários. “Tenho casos de ameaça dentro da unidade, problema de saúde, presos com tuberculose, portador de câncer. São problemas variados”, disse o juiz Luiz Rocha. Ontem, a vara conseguiu zerar o número de processos que estavam aguardando despacho no gabinete.

Assunto: MPPE aciona Estado para zerar fila de cirurgias - 5ª Vara da Fazenda Pública	
Veículo: jconline.com.br	Data: 21/03/2014
Editoria:	Seção:



Ministério Público acionam Estado para zerar fila de cirurgias

Promotores também determinam que governo corte gastos com monitoramento de mídia, entre outras despesas consideradas supérfluas, para atender quase 4 mil pacientes à espera de operações

Depois de contabilizar em dois anos 3.992 pessoas aguardando cirurgia nos três maiores hospitais estaduais de Pernambuco e tentar, sem sucesso, com a Secretaria Estadual de Saúde, medidas que abreviassem a espera, a Promotoria de Defesa da Saúde do Ministério Público Estadual moveu, na última quarta-feira, ação civil pública contra o Estado. Na petição, acompanhada por 38 laudos e 2 mil documentos, os promotores Helena Capela e Clóvis Sodrê da Motta pedem que em 180 dias todas as cirurgias eletivas atrasadas sejam realizadas, inclusive as de pacientes de outras unidades do SUS. Também solicitam que o governo remaneje recursos de outras áreas para socorrer a saúde, evitando gastos com festas, doações, bufês, propaganda e tudo que não é considerado prioridade.

“Desde 2012 o Ministério Público tentou resolver a questão extrajudicialmente. Propomos termo de ajustamento de conduta, mas há ordem expressa do comando do Executivo para não aceitar esse encaminhamento. Com o passar do tempo, a fila de doentes só aumentou e as medidas anunciadas pela Secretaria Estadual de Saúde, como mutirões e contratação de leitos extras, não aconteceram na medida esperada”, argumentou a promotora Helena Capela. Ela explica que não está questionando a pertinência dos gastos do governo, mas dando evidência de que a assistência à saúde é direito fundamental. A lista fornecida pelos Hospitais da Restauração, Otávio de Freitas e Getúlio Vargas relacionam a espera em traumatologia, urologia e cirurgia geral.

Na ação com pedido de liminar, os promotores lembram que a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 já indica de onde diminuir gastos, tais como transferências voluntárias a municípios, treinamento, passagens aéreas e consultoria. O documento do MP cita, com base no Portal da Transparência, que em 2013 houve despesas significativas com monitoramento de mídia (cerca de R\$ 1,7 milhão), R\$ 52,8 mil com fornecimento de bolo de rolo e R\$ 388,2 mil com o bufê de camarote na Torre Malakoff no Carnaval de 2013. E lembra os R\$ 241 milhões que o governo anunciou segunda-feira para as prefeituras.

A ação civil aguarda julgamento na 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Se o juiz acatar o pedido, a Secretaria Estadual de Saúde terá que fornecer em 30 dias a lista completa de todos que aguardam cirurgia na rede SUS, passar a usar em 60 dias o Sistema Nacional de Regulação para ter um lista única de doentes esperando cirurgia e

garantir que a fila ande conforme a ordem de chegada e a prioridade do caso. Fixa também em 90 dias o tempo de espera para quem precisar de cirurgia programada a partir de agora e que a multa diária pelo descumprimento de cada medida seja de R\$ 50 mil.

Em nota, a SES reconhece a grande demanda por cirurgias, associando o problema ao envelhecimento e aos acidentes de trânsito. Alega esforços para enfrentar o desafio e informa que está construindo novos hospitais no Agreste para aliviar a pressão.

Assunto: Corregedoria realiza semana de conciliação em Belo Jardim	
Veículo: CNJ	Data: 21/03/2014
Editoria:	Seção:



Corregedoria realiza semana de conciliação em Belo Jardim

A Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realiza a I Semana de Conciliação da Comarca de Belo Jardim, de 24 a 28 de março, com o objetivo de promover a conciliação como gestão de rotina cartorária nas unidades, reduzindo o tempo médio de duração dos processos e a taxa de congestionamento.

O corregedor-geral da Justiça, Eduardo Augusto Paurá Peres, com o apoio da Presidência do TJPE, verificou que a 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim conta com acervo de 7.035 processos, estando 3.089 conclusos, e a 2ª Vara da mesma comarca conta com acervo de 5.644 processos, estando 2.112 conclusos, números que indicam substancial acúmulo e volume excessivo de serviços nas serventias. Belo Jardim fica a 184 quilômetros de Recife.

Durante a ação, uma equipe especial do órgão vai colaborar com mais duas juízas assessoras e servidoras do Núcleo de Apoio aos Juízes (NAJ). "A conciliação é um meio alternativo de solução de conflitos que, além de trazer inúmeros benefícios às partes, desafoga o judiciário e possibilita uma prestação jurisdicional célere e eficaz, sendo de capital importância a difusão da cultura da conciliação como busca da paz social", explicou o corregedor Eduardo Paurá. A Corregedoria-Geral da Justiça tem como funções principais a orientação e fiscalização dos serviços judiciais em todo o estado.

O juiz titular da 1ª Vara da Comarca de Belo Jardim, Hugo Castro Jiménez, vai conduzir e supervisionar as audiências criminais e cíveis da pauta, sendo auxiliado pelos servidores e voluntários, que vão atuar como conciliadores no evento. A Semana acontece no Fórum da Comarca de Belo Jardim Desembargador João Paes, com a realização das audiências conciliatórias, no horário das 8h às 18h. A ação ocorre com as parcerias essenciais da Defensoria Pública, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Belo Jardim.

Fonte: CGJ-PE